

CAPITAL E COERÇÃO NOS ESTUDOS SOBRE O ESTADO: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DO PENSAMENTO DE CHARLES TILLY

*Diego Matheus Oliveira de Menezes **

Resumo: É proposta deste artigo refletir sobre as principais contribuições de Charles Tilly para as análises sobre o Estado, bem como traçar algumas contribuições a partir do diálogo com abordagens relacionadas com o poder estatal e a natureza estatal, em especial o neomarxismo e o neoinstitucionalismo. Neste sentido, argumentamos que ao perceber a dinâmica da inter-relação entre capital e coerção, Charles Tilly possibilita enxergar o movimento, a temporalidade e a metamorfose em processos interativos de longa data. No atual contexto, um olhar renovado para os processos descritos pelo autor possibilita repensar o campo de análise sobre as transformações do Estado na contemporaneidade a partir das novas dinâmicas da interação entre capital e coerção.

Palavras-chave: Estado; Charles Tilly; Capital; Coerção.

CAPITAL AND COERCION IN STATE STUDIES: CONTRIBUTIONS BASED ON THE THINKING OF CHARLES TILLY

Abstract: The purpose of this article is to reflect on Charles Tilly's main contributions to the analysis of the State, as well as to outline some contributions from the dialogue with approaches related to state power and state nature, especially neo-marxism and neo-institutionalism. In this sense, we argue that by realizing the dynamics of the interrelation between capital and coercion, Charles Tilly makes it possible to see movement, temporality, and metamorphosis in long-standing interactive processes. In the current context, a renewed look at the processes described by the author makes it possible to rethink the field of analysis on the transformations of the State in contemporary times based on the new dynamics of the interaction between capital and coercion.

Keywords: State; Charles Tilly; Capital; Coercion.

CAPITAL Y COERCIÓN EN LOS ESTUDIOS SOBRE EL ESTADO: APORTES A PARTIR DEL PENSAMIENTO DE CHARLES TILLY

Resumen: Este artículo se propone reflexionar sobre los principales aportes de Charles Tilly a los análisis del Estado, así como esbozar algunos aportes basados en el diálogo con enfoques relacionados con el poder estatal y la naturaleza del Estado, especialmente el neomarxismo y el neoinstitucionalismo. En este sentido, sostenemos que al percibir la dinámica de la interrelación

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, Brasil. Com período de mobilidade acadêmica no programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB), é mestre e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente, está em Residência de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCP/UFMG) e no INCT Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação (INCT/IDDC) pesquisando sobre a) a reorganização da participação social no Brasil e b) a dinâmica da interação do ativismo conservador com as instituições participativas. Pesquisador do INCT/IDDC e do Observatório Internacional de Estudos em Democracia, Desigualdades e Ruralidades no Sul Global (OIDDER) atua nas áreas de democracia, participação política, movimentos sociais, políticas públicas e direito à cidade. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5010-0147>. Contato: ego.matheus@gmail.com.

entre capital y coerción, Charles Tilly hace posible ver el movimiento, la temporalidad y la metamorfosis en procesos interactivos de larga data. En el contexto actual, una mirada renovada a los procesos descritos por el autor permite repensar el campo de análisis sobre las transformaciones del Estado en la época contemporánea a partir de las nuevas dinámicas de la interacción entre capital y coerción.

Palabras clave: Estado; Charles Tilly; Capital; Coerción.

1 Introdução

Os Estados nacionais surgiram em regiões onde os governantes conseguiram combinar a ampla capacidade de poder coercitivo com o acesso extensivo ao capital, sobretudo a partir da incorporação de centros urbanos. Isso possibilitou tanto o acesso à mão de obra e soldados em potencial, quanto a um intenso fluxo de capital que possibilitasse financiar a custosa estrutura necessária para a construção de sistemas nacionais.

Para acessar o capital, tornou-se necessário aos governantes, estratégias de interação com os capitalistas, o que a longo prazo resultou em intensas transformações estatais, na medida em que demandas eram absorvidas e novos sistemas eram construídos. Progressivamente, portanto, os detentores do capital passam a ascender, ampliando sua capacidade de influência, além de, em muitos casos, obter controle sobre meios coercitivos, a partir de títulos, por exemplo.

O controle da população, por sua vez, ocorreu com a transição para o governo direto, com maior autonomia nacional. Contudo, esse processo de ampliação da coerção sob a vida dos indivíduos não ocorreu sem fomentar inúmeros conflitos. Assim, para consolidar seu poder e mitigar as revoltas, os governantes precisaram criar compensações e estruturas de estado que dessem conta das demandas dos possíveis insurgentes. Essa extensa negociação também transformou profundamente os Estados, ampliando sua atuação para novas esferas. Nas palavras do autor:

A transição para o governo direto deu aos governantes livre acesso aos cidadãos e aos recursos que eles controlavam, através de tributações da família, conscrição em massa, censos, sistemas de polícia e muitas outras invasões da vida social em pequena escala. Mas isso foi feito à custa de uma resistência multiplicada, de extensa negociação e da criação de direitos e compensações para os cidadãos. Tanto a penetração quanto a negociação criaram novas estruturas de estado, inchando os orçamentos do governo, o quadro de pessoal e os diagramas organizacionais. Tomou forma o estado onívoro dos nossos dias.¹

¹ TILLY, Charles. *Capital, Coerção e Estados Europeus*. São Paulo: EdUsp, 1996, p. 74.

Os custos da guerra também se transformaram ao longo do tempo. Novas tecnologias, vizinhos mais bem preparados e o alto custo dos sistemas de gestão estatal, passam a aumentar exponencialmente o custo das guerras. Na atualidade, segundo o autor, a guerra passa a ter um papel de satisfazer os interesses econômicos e muitas vezes foi substituída pela tentativa de influenciar o vizinho sem necessariamente recorrer à guerra direta

Para Tilly, portanto, a base para o Estado moderno surgiu a partir de um longo processo de cooperação e conflito entre classes e governantes, a fim de atender a necessidade de organizar com maior efetividade os recursos para a guerra, em um primeiro momento. Para responder a demandas de curto e médio prazo, novos sistemas tributários, administrativos, financeiros, extrativos, distributivos são desenhados, gerando por sua vez novas demandas e interesses. De respostas secundárias ao papel de extração de recursos para a guerra, esses sistemas alteraram tão profundamente as estruturas estatais, que passam a se transformar na existência e função do Estado. Além disso, a dependência ao capital para financiamento de suas estruturas e sistemas, desencadeou ao longo do tempo, não somente na ascensão do capitalista, mas também em um complexo processo em que a vitalidade do capital se tornou central para a saúde do Estado.

Dito isso, gostaria de discutir algumas das principais contribuições da explicação do autor sobre a formação do Estado nacional. Charles Tilly traça uma interessante análise sobre a intrínseca dependência desse novo tipo de Estado que necessita de vultosos investimentos para manter sua estrutura nacional. Como já abordamos, a necessidade de sistemas de gestão nacional e de amplas estratégias de compensação para mitigar revoltas potenciais da população, resultou em um aumento considerável nos gastos. Por sua vez, para compensar o gasto crescente, os governantes precisaram criar mecanismos para captar tributos e investimentos, o que levou a um processo de negociação com os atores capazes de financiar o Estado nacional: os capitalistas. Sem o capital, portanto, o Estado nacional não seria viável no contexto abordado por Tilly.

Seguindo esse raciocínio, é possível argumentar também que o Estado nacional proporcionou um elemento de extrema importância para a consolidação do capitalismo: o mercado nacional. A ampliação do mercado e a estrutura que possibilitou o acesso às demandas de consumo, possibilitou um impressionante desenvolvimento do capital que até então se concentrava especialmente nos polos urbanos. Conjuntamente com o desenvolvimento tecnológico e as mudanças políticas e estruturais, essa ampliação foi de grande importância para a reordenação produtiva. Por sua vez, a concentração das novas formas de produção obtidas pela burguesia emergente amplificou a dependência do Estado ao capital.

Outro elemento abordado por Tilly é a dinâmica relacional na interação entre Estado e atores. Conforme o autor, com a formação dos Estados ocorre intensos processos de negociação e conflito com as classes existentes do território. Os fluxos e refluxos desses processos interativos vão transformando o Estado e reestruturando as organizações de classe ao longo das décadas e séculos.

O ciclo de organização da extração de recursos a partir da coerção gera conflitos apaziguados por negociações que visam a manutenção do Estado e de sua legitimidade na extração dos recursos. Esse processo proporciona oportunidades políticas tanto para as classes com maior acesso à coerção e ao capital quanto para as com acesso limitado. Em outras palavras, a negociação para evitar ou cessar conflitos possibilitou ganhos conquistados pela luta política que reorientaram as relações entre cidadãos e Estado. As consequências dessa dinâmica são mais bem exploradas por Tilly em seus trabalhos posteriores, principalmente no livro *Democracia*² publicado originalmente em 2007.

Em *Democracia*, Tilly desenvolve o conceito de capacidade do Estado. Como consequência do modelo proposto anteriormente, o desenvolvimento da legitimidade estatal, de sua capacidade de extração de recursos e das relações travadas a partir da coerção e do capital, possibilitaram que as ações dos agentes do Estado possam modificar a capacidade de atuação de outros atores. Contudo, Estados diferentes possuem capacidades distintas, com maior ou menor possibilidade de as ações dos agentes estatais efetivamente impactarem nas dinâmicas de outros atores. Nas palavras de Tilly:

Capacidade do Estado significa a extensão na qual as intervenções dos agentes do Estado em recursos, atividades e interconexões pessoais não estatais existentes alteram as distribuições existentes desses recursos, atividades e conexões interpessoais, bem como as relações entre aquelas distribuições. (...). Em um regime com alta capacidade, no que se refere a esse critério, sempre que os agentes do Estado agem, suas ações afetam de forma significativa os recursos dos cidadãos, suas atividades e suas conexões interpessoais. Em um Estado com baixa capacidade, os agentes do Estado exercem uma influência muito menor, não importa o quanto tentem mudar as coisas.³

Ao longo do tempo, novos sistemas foram criados, bem como a necessidade de executar medidas que atendessem demandas oriundas das classes. Nesse processo o Estado obtém poder político, construindo sua legitimidade e identidade. As contribuições apresentadas acima apontam para o principal dilema presente na interação entre Estado e mercado: O Estado é cada vez mais dependente do capital, que por sua vez necessita do poder político coercitivo do Estado para implementar mudanças que o beneficiem, entretanto, a necessidade estatal de

² TILLY, Charles. *Democracia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

³ *Ibidem*, p. 30.

obter poder político pode levar a alguma abertura a atores políticos com interesse contraditórios ao do capital.

2 Os Estados europeus e os Estados não europeus: algumas considerações críticas

Tilly aponta para o grave problema das análises sobre o Estado de países não europeus que se ancoram na padronização e hierarquização das experiências estatais, onde o modelo europeu aparece como o horizonte de desenvolvimento. O autor resume bem essa abordagem:

Modelos ocidentais? Com efeito, as análises padronizadas de “desenvolvimento político” também interpretaram de modo errado a experiência européia da qual provieram ostensivamente. No todo, apresentaram-no como um processo consciente de solução de problemas que passou por uma série de estágios-padrão gerados internamente e acabou produzindo estados maduros e estáveis (...) um grande número de analistas políticos imaginaram que a transição para a modernidade passava de uma condição de equilíbrio - sociedade tradicional, ou algo desse tipo - para outro equilíbrio, moderno, superior. No meio, segundo essa linha de argumentação, fica a turbulência da mudança social rápida. Como a mudança social está acontecendo com uma rapidez muito maior no século XX do que antes, os novos estados estão experimentando maiores tensões que seus antecessores europeus. Assim, os estados do Terceiro Mundo correm o risco de um conflito doméstico e estrangeiro simultâneo, um estimulando o outro (ver Wilkenfeld 1973). Contudo, acabariam aprendendo a conter o conflito e a realizar um governo estável de tipo moderno. Assim é, pelo menos, o que ensinava grande parte da literatura sobre desenvolvimento político.⁴

Segundo o autor, o modelo europeu ocidental foi imposto a partir da colonização, tornando-se marco formal. Assim, não existe grande diferença formal nas instituições e sistemas ao redor do mundo. Todavia, apesar dessa aparente homogeneização, as relações que ocorrem nesses espaços variam consideravelmente. Apesar do modelo estatal europeu se constituir como marco formal, a prática dessas instituições depende das especificidades e ressignificações que ocorrem na nação em questão.

Entretanto, apesar de admitir a necessidade de não homogeneização e apresentar uma pertinente crítica ao modelo de desenvolvimento eurocentrado, a análise de Tilly falha ao subestimar a colonização na formação dos estados europeus. Na abordagem do autor, a colonização é abordada a partir da interação entre Impérios e governos nacionais e entre as potências europeias. Ou seja, as especificidades, centralidade do processo de colonização e a interação dos europeus com outros povos, não são apresentados como fundantes do modelo estatal da modernidade europeia. Ao focar somente na interação endógena, entre estados europeus ao longo do globo, Tilly ignora que a própria noção de europeu e Europa foi construída a partir da interação com o outro⁵.

⁴ TILLY, Capital, *Coerção e Estados Europeus*, cit., p. 75-76.

⁵ DUSSEL, Enrique. Europa, Modernidad y Eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000.

O mito da modernidade foi essencial para o desenvolvimento do Estado nacional. A colonização possibilitou a construção de impérios ultramarinos e reorganizou as estruturas políticas domésticas na Europa. O mito da superioridade europeia frente aos “primitivos” garantiu justificativa retórica para os intentos eurocêntricos⁶. Segundo Dussel, ao distinguir as experiências europeias das de outros povos do mundo, criou-se um mito da modernidade em que se desenvolver significa estritamente aproximar-se dos padrões sociais, econômicos, culturais e políticos dos países europeus⁷. O autor resume o mito da modernidade com as seguintes palavras:

1. A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica).
2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral.
3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à européia o que determina, novamente de modo inconsciente, a “falácia desenvolvimentista”).
4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial).
5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etcetera).
6. Para o moderno, o bárbaro tem uma “culpa” (por opor-se ao processo civilizador) que permite à “Modernidade” apresentar-se não apenas como inocente mas como “emancipadora” dessa “culpa” de suas próprias vítimas.
7. Por último, e pelo caráter “civilizatório” da “Modernidade”, interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da “modernização” dos outros povos “atrasados” (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil, etcetera.⁸

A colonização foi essencial para a existência do Estado europeu no formato atual. O financiamento do “Estado onívoro” apresentado por Tilly, foi possível a partir da relação entre império e colônia, em que a produção de matéria-prima realizada pela colônia abastecia a industrialização sem precedentes ocorrida na Europa⁹. Além disso, o Estado no Sul Global se desenvolve a partir de intensa interação com as demandas industriais europeias.

A partir dessa lógica é possível pensar em uma diferença crucial no processo de formação do Estado na periferia. Se na Europa a dependência ao capital ocorre inicialmente a partir da relação das cidades e Estado dentro de um território, na América Latina, por exemplo, esse processo ocorre a partir da interação entre Estado colonial/pós-colonial e metrópole.

⁶ *Idem*.

⁷ *Idem*.

⁸ *Ibidem*, p. 30.

⁹ FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

Dessa forma, na formação do Estado latino-americano, como bem coloca Florestan Fernandes, estruturas, modelos de desenvolvimento e instrumentos de controle foram absorvidos a partir da interação com o capitalismo externo. Florestan Fernandes discorre com propriedade sobre a questão:

O terceiro tipo de dominação externa apareceu como consequência.. da reorganização da economia mundial, provocada pela revolução industrial na Europa. Na verdade, o neocolonialismo citado acima teve uma função importante na dinamização da revolução industrial. Ele foi uma fonte (através do "comércio triangular") de acumulação de capital nos países europeus, especialmente na Inglaterra, e originou diversos mercados nacionais em crescimento postos sob reserva, vitais para o desenvolvimento do capitalismo industrial. Entretanto, a transformação do capitalismo na Europa provocou novas formas de articulação das economias periféricas da América Latina, na direção dos dinamismos das economias capitalistas centrais. As novas tendências emergiram gradualmente, todavia as mudanças nos padrões existentes de dominação externa tornaram-se evidentes após a quarta ou quinta década do século XIX e converteram-se numa realidade inexorável nas últimas quatro décadas daquele século. As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através "de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através de incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural, assim, a dominação externa tomou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina"¹⁰

Ademais, o Estado nacional europeu se desenvolve sob a égide da colonialidade onde ocorre “imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo”¹¹. Por sua vez, os processos de dominação e as relações de poder emergentes na colonialidade, persistem articulando hierarquias e divisões entre “centro” e “periferia”¹². Assim, o desenvolvimento da periferia é pensado nos termos do centro, na medida em que se desenvolver é visto como tornar-se europeu¹³. Segundo Mignolo¹⁴, na colonialidade construiu-se uma narrativa de que a partir da utilização de técnicas de governança liberais e neoliberais, é possível alcançar o desenvolvimento do “Primeiro Mundo”, reduzindo a questão a práticas de gestão e escamoteando os processos de dominação e hierarquização da colonialidade.

¹⁰ *Ibidem*, p. 16.

¹¹ QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 73.

¹² GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, p. 115-147, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em 30 de jun. 2024.

¹³ DUSSEL, Europa, Modernidad y Eurocentrismo, *cit*.

¹⁴ MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 30 de jun. 2024.

Quijano propõe pensar a consolidação do Estado moderno e o mundo colonizado como duas faces do mesmo processo¹⁵. Os dois estariam inseridos na colonialidade do poder e se relacionam com uma forma de divisão e classificação do mundo a partir de noções sobre hierarquização de raças e de formas de dominação características desse processo. O poder colonial, a escravização de povos, o racismo, o eurocentrismo e a dinâmica de poder entre “ocidente” e não ocidente estariam, para o autor, profundamente relacionados com a formação do moderno Estado-nação. A seguir, Quijano explicita esse raciocínio:

A colonialidade do poder, entretanto, esteve e está de todo modo ativa, pois faz parte do contexto global dentro do qual ocorrem os processos que afetam todos os espaços concretos de dominação. Porque a concentração dos processos de democratização e nacionalização dos Estados modernos na Europa ocidental, até o século XX, dá conta, precisamente, da imposição mundial da colonialidade do poder. O eurocentramento do padrão colonial/capitalista de poder não se deveu só, muito menos principalmente, à posição dominante na nova geografia do mercado mundial, mas sobretudo à classificação social básica da população mundial em torno da ideia de raça. A concentração do processo de formação e consolidação do Estado-nação moderno na Europa ocidental não poderia ser explicada, nem entendida, fora desse contexto histórico. A outra face do mesmo processo de constituição e de consolidação do Estado-nação moderno era o mundo colonizado, África e Ásia, ou dependente, como a América Latina. No restante do mundo, a colonialidade do poder não só tem estado e está presente no contexto global do padrão mundial de poder, mas também atua de modo direto e imediato dentro do respectivo espaço de dominação, obstaculizando os processos que se dirigem à democratização das relações sociais e a sua expressão nacional na sociedade e no Estado.¹⁶

O Estado nacional como forma de organização estatal da modernidade torna-se importante peça do processo “europeização” do mundo. Argumentamos, portanto, que além de vencer a concorrência com outras formas vigentes de Estado na Europa, persistindo por causa dos processos decorrentes da dinâmica de disputa, o mito do desenvolvimento da modernidade, alçou esse modelo como universal. A imposição de Estados nacionais pela violência, também se constituiu a partir de um epistemicídio, na medida em que práticas, experiências e formas de organização da coisa pública foram substituídas por um modelo imposto de Estado.

A interação e relação entre Estados centrais e periféricos é um importante fator para a consolidação e persistência do modelo de Estado nacional, tendo em vista, que as “nações” são consideradas as legítimas detentoras de um determinado território. Emerge na modernidade, portanto, um processo de legitimação de posse e administração do território e seus recursos ancorado na ideia de nação. A dinâmica relacional que proporciona o processo de reconhecimento internacional da legitimidade de determinado povo a determinado território

¹⁵ QUIJANO, Anibal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, Marília, n. 37, p. 1-25, 2002. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2192>. Acesso em: 30 de jun. 2024.

¹⁶ *Ibidem*, p. 3.

conecta-se com a construção de uma nação e de um modelo estatal nos moldes da perspectiva moderna/colonial.

Acreditamos que essa perspectiva fortalece a noção de Tilly de sistema de Estados. Como bem pontua o autor¹⁷, ao longo do tempo, a vinculação dos Estados europeus produziu um sistema de Estados que passaram a controlar o mundo. Decerto, apesar de Tilly focar no poderio bélico e na importância das guerras para a formação desse sistema eurocentrado, acreditamos que sua argumentação ganharia maior abrangência se também levasse em conta os processos de divisão e hierarquização oriundos da colonialidade que sustentaram as narrativas universalizantes centrais para esse sistema interligado de Estados.

Ademais, essa adequação possibilita complementar as discussões da colonialidade do poder. A dinâmica de organização de impérios ultramarinos e a imposição de dinâmicas de extração de recursos a partir da relação metrópole-colônia são interessantes para aprofundar a análise sobre a formação de Estados não europeus fundados na égide da colonialidade do poder. As diversas trajetórias da relação do capital e da coerção na organização de Estados que foram se constituindo a partir do poder colonial e de processos de conflito e negociação em territórios distantes da “metrópole” reforçam a pertinência do pensamento de Tilly para compreender os Estados europeus e não europeus. Repensar o capital e a coerção na constituição mútua de um sistema de Estados perpassado pela colonialidade do poder é um interessante caminho para melhor entender os Estados europeus e não europeus e os distintos ciclos de extração-coerção-conflito-negociação.

3 O Estado capitalista: reflexões sobre poder estatal e natureza estatal

Um elemento-chave para a compreensão das relações que envolvem atores estatais reside na discussão sobre a autonomia do Estado. Apontamos acima, a partir do surgimento do Estado nacional, a intensa dependência desse modelo de Estado ao investimento do capital. Além disso, a ascensão do capitalismo levou a um intenso reordenamento produtivo, bem como a racionalidades que beneficiam certas formas de validação da realidade que reproduzem valores capitalistas, como por exemplo, na racionalidade neoliberal. Por outro lado, a própria trajetória de formação do Estado não foi necessariamente linear, tendo em vista o processo de negociação com diversas classes e a consequente transformação do Estado. Nesse processo, novos sistemas foram criados, novos atores emergiram, interesses foram reconfigurados. Ademais, as novas formas de gestão do público possibilitaram o surgimento de interesses

¹⁷ TILLY, *Capital, Coerção e Estados Europeus*, cit.

específicos, às vezes insulados, distantes ou até contraditórios com a dependência ao capital. Com a complexificação das estruturas estatais, portanto, torna-se difícil pensar o Estado como algo monolítico.

Essa duplicidade tem sido discutida com profundidade pela literatura da área, ora beneficiando uma das faces, ora buscando a síntese entre esse paradoxo aparente. Tendo isso em vista, dialogaremos com um corpo heterogêneo de autores com o intuito de aprofundar as dinâmicas que emergiram dos processos de capital e coerção. Acreditamos que o diálogo do pensamento de Tilly com as correntes do pensamento político que analisaram a natureza estatal e/ou o poder estatal são importantes para a compreensão de importantes dimensões do Estado nacional na contemporaneidade.

Nessa perspectiva, Clauss Offe e Volker Ronge¹⁸ constroem uma pertinente definição sobre o Estado atual. Para os autores, a partir de algumas características que se desenvolveram historicamente, é possível afirmar que a forma institucional estatal vigente é a do Estado capitalista. Cruzando com a discussão apresentada sobre a formação do Estado nacional seria possível argumentar, portanto, que alguns elementos estruturais que se desenvolveram ao longo do capitalismo foram transformando e reorganizando a forma institucional dos Estados, de tal forma que é possível perceber certas determinações. Conforme Offe e Ronge, as determinações podem ser sintetizadas em “privatização da produção”, “dependência dos impostos”, “acumulação como ponto de referência”, “a legitimação democrática”¹⁹.

A privatização da produção se refere ao fato do “poder público está estruturalmente impedido de organizar a produção material segundo seus próprios critérios políticos”²⁰. Apesar da aparente contradição de certo estoque de capital estar sob controle Estatal em alguns países capitalistas, os autores reforçam que mesmo nesse caso a lógica de utilização dessas propriedades públicas segue as mesmas estratégias da privada.

A dependência dos impostos está relacionada com a dependência indireta do volume de acumulação privada a partir dos instrumentos de tributação, resultando em um contexto em que os recursos materiais necessários para o provimento do poder estatal estão atrelados à acumulação continuada²¹.

¹⁸ OFFE, Claus; RONGE, Volke. Teses sobre a fundamentação do conceito de Estado Capitalista e sobre a pesquisa política de orientação materialista. In: OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

¹⁹ *Ibidem*, p. 124-125.

²⁰ *Ibidem*, p. 123.

²¹ *Idem*.

A terceira característica do Estado capitalista versa sobre a dinâmica da acumulação como referência. Resultante das duas primeiras determinações, ao não organizar o processo produtivo no qual depende, o poder estatal necessita favorecer o processo de acumulação do capital privado. Soma-se a isso a quarta característica onde o Estado obtém a sua legitimidade a partir de processos eleitorais, possibilitando uma forma política duradoura que encobre a máxima da dependência estatal do processo de acumulação. Assim, apesar do formato democrático, a opinião pública só consegue influenciar nas dinâmicas relacionadas com o capital privado na medida que contribuem e reforçam a acumulação continuada. Segundo os autores, esse processo leva uma dupla determinação do poder político: a forma institucional responde às regras do sistema democrático, enquanto o conteúdo é determinado pelo processo de acumulação do capital.²²

Seguindo esse raciocínio da dupla determinação, Clauss Offe²³ argumenta que o Estado capitalista apresenta uma seletividade estrutural que proporciona a exclusão dos interesses antagônicos ao do capital. As pautas, agendas e interesses nocivos ao processo de acumulação contínua do capital são filtrados e ignorados no processo de formulação de decisões.

Segundo Bachrach e Baratz²⁴, o poder não é só medido pela capacidade de influenciar nas decisões, mas também pela possibilidade de limitar as pautas passíveis de serem balizadas, mesmo sem atuação direta. Essa face oculta do poder, reflete a capacidade de atores terem suas demandas levadas em conta, mesmo quando não estão presentes diretamente do espaço decisório em questão.

A contribuição de Offe é interessante para compreender as especificidades do Estado capitalista. Ademais, o conceito de seletividade contribui para a reflexão sobre a existência de um processo que limita e constrange a formação de agenda do Estado. Entretanto, não explica como ocorrem os processos no interior do Estado que garantiriam esse mecanismo.

Essa é uma importante distinção do enfoque de autores neomarxistas como Clauss Offe e as escolhas teórico-metodológicas de Tilly. A minuciosa investigação sobre o processo de interação entre agentes ao longo do tempo em uma análise macro-histórica e de longa duração possibilita, a partir da perspectiva de Tilly, compreender como os mecanismos e as relações de poder são construídas em contextos específicos.

²² *Idem.*

²³ OFFE, Claus. Denominação de classe e sistema político. Sobre a seletividade das instituições políticas. In: OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

²⁴ BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. Duas faces do poder. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 149-157, 2011.

Nos parece promissor pensar os processos estatais a partir dos fluxos e refluxos da luta travada em seu interior. O diálogo com a tradição relacional dentro do neomarxismo, especialmente a partir de Poulantzas, possibilita um interessante caminho de trânsito entre o pensamento de Tilly e as discussões sobre natureza do Estado. Nessa perspectiva, apesar da dependência do Estado, em seu interior coexiste certa autonomia relativa²⁵. Poulantzas contribui centralmente ao repensar o Estado como uma arena perpassada pela luta de classes e frações de classe. Segundo o autor:

(...) o Estado, no caso capitalista, não deve ser considerado como uma entidade intrínseca mas, como aliás é o caso do capital, como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classes, tal como ele expressa de maneira sempre específica no seio do Estado.²⁶

Essa leitura relacional no interior do Estado é ressaltada por Bob Jessop²⁷. Ao apresentar uma releitura pertinente da obra de Poulantzas, este autor reforça o processo interativo conformado a partir da disputa política. Dessa forma, o Estado é constituído historicamente a partir de lutas passadas, se transformando a partir dos fluxos e refluxos da contenda política. Ademais, distanciando de uma análise engessada, o equilíbrio de forças é tratado como algo em transformação sendo modificado “por meio de alterações no terreno estratégico-relacional do Estado, da economia e na formação social mais ampla, bem como por meio de mudanças na organização, na estratégia e na tática”.²⁸

No argumento apresentado por Poulantzas e desenvolvido por Bob Jessop, a “seletividade estrutural” é repensada e renomeada como “seletividade estratégica”. No conceito de seletividade estratégica, os atores que ocupam espaços centrais na definição das regras do jogo político, buscam influenciar nas regras que conformam as interações no Estado, de modo que este seja mais permeável a suas capacidades, características, recursos e interesses²⁹. Não é um processo determinista, e não resulta diretamente em exclusão de interesses antagônicos a dos atores hegemônicos. Contudo, ao influenciar na seletividade estratégica, atores hegemônicos têm significativas vantagens no processo relacional.

Esta perspectiva contribui para compreender como os processos de negociação, conflito e cooperação abordados por Charles Tilly ocorrem nos processos de disputa política.

²⁵ POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder e o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

²⁶ *Ibidem*, p. 130.

²⁷ JESSOP, Bob. O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 131-144, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/rsocp/a/H8ZdYh4BVd7HSwqGgFDR3Vq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de jun. 2024.

²⁸ *Ibidem*, p. 134.

²⁹ *Idem*.

As estratégias para explorar recursos permanentemente em determinado território, não só construíram um aparato técnico institucional, mas possibilitaram oportunidades para que diversos atores travassem processos de disputas políticas no interior desses espaços. Dessa forma, mesmo atores com limitado acesso ao poder coercitivo e ao capital, aproveitaram as oportunidades emergentes para influenciar as transformações no Estado. Ao mesmo tempo, os atores mais bem posicionados e com mais acesso ao poder coercitivo e ao capital buscaram não apenas manter sua influência, como incidir nas regras e dinâmicas que influenciam nas negociações, barganhas e na própria dinâmica do acesso às capacidades estatais.

A luta pela hegemonia e seu desenrolar, portanto, contribui para a transformação e reordenamento do poder estatal. Reflete, assim, a materialização do equilíbrio de forças em constante disputa política. Nesse sentido:

(...) o Estado não é um sujeito mas uma relação social entre sujeitos mediada pela sua relação com as capacidades do Estado. Mais precisamente, essa abordagem interpreta e explica o poder do Estado (não o aparato do Estado) como uma condensação determinada formalmente [form-determined] da variável equilíbrio de forças nas disputas política e politicamente relevante.³⁰

A compreensão do poder Estatal, entretanto, não explica completamente as especificidades do aparelho estatal. A natureza classista contribui para a análise dos fenômenos que ocorrem em seu interior, mas não explica como eles se reproduzem³¹, muito menos as possíveis contradições e oportunidades. Segundo Codato e Persinoto, Poulantzas ao separar a dimensão organizacional da dimensão funcional do Estado, aponta para certa autonomia do aparelho do Estado:

Ora, se é verdade, como sustentou Poulantzas, que “o aparelho de Estado [i.e., sua dimensão organizacional] não se esgota no poder de Estado [isto é, na sua dimensão funcional]”, então é preciso conferir ao primeiro termo desta equação a devida importância, sob pena de a afirmação acima resumir-se a mero jogo de palavras. Neste ponto só há, a nosso ver, duas soluções: ou a lógica interna do aparelho estatal está inteiramente subordinada ao papel funcional do poder de Estado, ou a forma de funcionamento do aparelho de Estado possui uma certa autonomia, e que pode, no limite, afetar inclusive a funcionalidade do Estado e o processo de realização prática dos interesses da classe economicamente dominante.³²

Algumas análises específicas sobre as instituições traçam alguns elementos que em diálogo com a abordagem neomarxista sobre o Estado podem contribuir para a análise. Cabe aqui, ressaltar que as abordagens neoinstitucionalistas, principalmente as do

³⁰ *Ibidem*, p. 133

³¹ CODATO, Adriano Nervo; PERISSINOTTO, Renato Monsseff. O Estado como instituição: uma leitura das obras históricas de Marx. *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 13, p. 9-28, 2001. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo79Artigo%201.pdf. Acesso em: 30 de jun. 2024.

³² *Ibidem*, p. 26.

neoinstitucionalismo histórico, podem apontar elementos relevantes. Para o neoinstitucionalismo³³, apesar dos indivíduos construírem as regras e normas de conduta, eles estão restringidos por escolhas passadas, onde os interesses são constrangidos por mecanismos e sistemas institucionais. Marques³⁴ (1997) aponta que os neoinstitucionalistas rejeitam uma análise estática ao perceber que da mesma forma que as instituições constroem, elas também empoderam, construindo novas agendas.

No neoinstitucionalismo histórico, mais especificamente, está presente a análise sobre o modo como as instituições repartem o poder de maneira desigual. Segundo Hall e Taylor³⁵ esta abordagem argumenta que os processos decisórios são construídos de forma assimétrica, pois as instituições conferem a alguns grupos acesso privilegiado aos espaços de poder.

Dialogando tanto com neoinstitucionalismo, quanto com as teorias da deliberação pública, Edwin Amenta et al. tecem alguns pontos que podem contribuir para analisar o tema proposto. Os autores³⁶, afirmam a necessidade de analisar como a autoridade é exercida. Uma maior ou uma menor centralização político-administrativa pode multiplicar ou dispersar a capacidade decisória das instituições. Aqui entra a ideia de que a dimensão da burocracia estatal se torna um elemento importante para avaliar a autoridade que uma instituição tem no interior do sistema político, por exemplo.

A importância dos atores estatais é bem representada no conceito de insulamento, onde apresenta-se a noção de que é necessário certo grau de isolamento da burocracia no intuito de garantir autonomia³⁷. Entretanto, Eduardo Marques argumenta que para os neoinstitucionalistas a autonomia estatal varia dependendo do caso, não se referindo a uma característica a priori mas sim dependente das “potencialidades estruturais que cercam as ações autônomas do Estado, pelas estratégias dos vários atores presentes e pelas mudanças implementadas pelo próprio Estado na organização administrativa e na coerção”³⁸.

³³ HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/Vpr4gJNNdjPfNMP4fj75gb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de jun. 2024.

³⁴ MARQUES, Eduardo Cesar. Notas críticas a literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 43, p. 67-102, 1997. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/184/178>. Acesso em: 30 de jun. 2024.

³⁵ HALL; TAYLOR, As três versões do neo-institucionalismo, *cit*.

³⁶ AMENTA, Edwin; CAREN, Neal; FETNER, Tina; YOUNG, Michael. Challengers and states: toward a political sociology of social movements. *Sociological Views on Political Participation*, v. 10, p. 47-83, 2002. Disponível em: <https://nealcaren.org/publication/amenta-challengers-2002/amenta-challengers-2002.pdf>. Acesso em: 30 de jun. 2024.

³⁷ SKOCPOL, Theda. Bringing the state back in: Strategies of analysis in current research. In: EVANS, Peter; RUESCHMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. *Bringing the state back in*. New York: Cambridge University Press, 1985.

³⁸ MARQUES, Notas críticas a literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos, *cit*.

Peter Evans³⁹ complexifica a análise sobre o insulamento ao adicionar a noção de inserção. Segundo o autor, em alguns contextos, uma máquina pública que permita autonomia relativa dos burocratas pode contribuir com resultados interessantes ao evitar maior efeito de contextos clientelistas nas decisões da burocracia. Por outro lado, em outros contextos, a inserção da burocracia em redes já organizadas pode contribuir com a conexão de experiências estatais com demandas presentes na sociedade. O insulamento e a inserção, portanto, coexistem dependendo das agências de um Estado em específico. Nesse sentido, a combinação entre mecanismos de autonomia e processos de inserção influencia na performance estatal.

A abordagem em analisar a especificidade de cada agência ao longo da história a partir das lutas políticas travadas contribui enormemente para um melhor reposicionamento da análise neomarxista. Conforme Marques⁴⁰, apesar de correta o enfoque na assimetria da capacidade do capital de influência na esfera estatal, esse processo não é automático e não pode ser visto como determinação. A disputa ocorre simultaneamente em múltiplas arenas e apesar de maior capacidade do capital para a disputa, não necessariamente hegemonizará todos os espaços de luta.⁴¹

Cruzando essa discussão com o pensamento de Charles Tilly é possível perceber que tanto as análises marxistas, quanto as análises neoinstitucionalistas estão centrando o enfoque em uma dimensão do Estado. As análises marxistas são de grande importância para a compreensão dos processos referentes ao capital, enquanto as neoinstitucionalistas logram em aprofundar as dinâmicas da coerção institucionalizada. Cada uma das abordagens, portanto, tem como ponto de partida uma das variáveis do binômio capital – coerção proposto por Tilly.

Ao pensar as variáveis capital e coerção a partir de sua interdependência torna-se possível uma maior compreensão sobre a tensão entre os mercados capitalistas e o poder político estatal. Esta tensão fronteiriça, como proposto por Fraser⁴², é um importante fenômeno que tem se acentuado na contemporaneidade. Conforme Nancy Fraser (2018), esse processo expressa as contradições estruturais do capitalismo no que se refere às relações fronteiriças entre economia e políticas. Por um lado, o mercado precisa do poder político para que este aplique as leis necessárias para sua existência. Por outro, sua lógica de acumulação mina as capacidades do poder político, destruindo sua possibilidade de intervenção e regulação. Assim,

³⁹ EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. *Lua Nova*, São Paulo, n. 28-29, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/kyMbGKjkLCTpzmMjCpL8Vmv/?lang=pt>. Acesso em: 30 de jun. 2024.

⁴⁰ MARQUES, Notas críticas a literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos, *cit*.

⁴¹ *Idem*.

⁴² FRASER, Nancy. Crise de legitimação? Sobre as contradições políticas do capitalismo financeirizado. *Cadernos de Filosofia Alemã*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 153-188, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/153165/149738>. Acesso em: 30 de jun. 2024.

desenvolve-se uma crise administrativa que dependendo da construção de redes contra-hegemônicas pode se transformar em uma crise de legitimação, em que a opinião pública se volta contra o sistema vigente no intuito de resgatar as capacidades deterioradas do poder.⁴³

O diálogo com Tilly é pertinente para pensar a trajetória das relações entre capital e coerção ao longo do tempo como um campo promissor para os estudos do Estado. A diversidade de sua inter-relação, os atores que mediam e reordenam esses processos e as novas racionalidades que emergem, podem contribuir para uma análise que perceba o Estado a partir das constantes transformações em experiências tanto localizadas quanto interconectadas. Ao descentrar a delimitação do Estado em características localizadas temporalmente e pensar na sua caracterização a partir da profunda e contraditória relação entre capital e coerção, é possível aprofundar a análise nas novas configurações dessa relação, inclusive, quanto extrapolam as delimitações do “nacional”.

4 Conclusão

O esforço desenvolvido neste artigo buscou demonstrar que o resgate das principais contribuições de Tilly sobre Estado, capital e coerção podem contribuir para melhor compreender os Estados atuais. Para isso, é necessário ajustar alguns pressupostos do autor e atualizar a discussão sobre poder e natureza estatal. Propomos, portanto, um duplo movimento: a) pensar o ciclo de coerção-extração-conflito-negociação na formação dos Estados modernos europeus e não-europeus a partir da inter-relação dentro da colonialidade do poder e da tentativa de reordenamento do mundo operada pelo mito da modernidade eurocêntrica; b) Partindo de diálogos com o neomarxismo e o neoinstitucionalismo, propor a análise dos fluxos de interação relacionados com o capital e a coerção como caminho para melhor compreender a construção das capacidades estatais e da seletividade estratégica em um contexto assimétrico de disputa política.

Em síntese, uma atualização do pensamento de Tilly proporciona melhor compreensão da formação das distintas formas de Estado moderno. Ademais, também possibilita investigar o lugar dos Estados Contemporâneos frente aos avanços de um capitalismo financeirizado referente a capitais cada vez mais multiterritoriais ou desterritorializados e em contextos profundamente assimétricos relacionados à colonialidade do poder.

Por fim, propomos a partir de Tilly, a pertinência de analisar os fluxos das relações entre capital e coerção em um contexto de constante disputa política que reorganiza as redes

⁴³ *Idem.*

entre os atores e as dinâmicas relacionadas com as capacidades estatais e a seletividade estratégica, a partir da interinfluência de Estados conectados em um sistema de colonialidade do poder que afeta as possibilidades da disputa política. A tensão entre capital e coerção possibilita a constante reinvenção do Estado. O poder estatal e o aparelho estatal não são entidades imutáveis, mas cristalizações localizadas no tempo e espaço. A emergência do pensamento de Tilly, consiste principalmente na possibilidade de enxergar o movimento, a temporalidade e a metamorfose em processos interativos de longa data.

Referências Bibliográficas

- BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. Duas faces do poder. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 149-157, 2011.
- CODATO, Adriano Nervo; PERISSINOTTO, Renato Monsseff. O Estado como instituição: uma leitura das obras históricas de Marx. *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 13, p. 9-28, 2001. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo79Artigo%201.pdf. Acesso em: 30 de jun. 2024.
- DUSSEL, Enrique. Europa, Modernidad y Eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000.
- ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo Construcción y deconstrucción del desarrollo*. 1ª ed. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.
- EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. *Lua Nova*, São Paulo, n. 28-29, [s/i], 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/kyMbGKjkLCTpzmMjCpL8Vmv/?lang=pt>. Acesso em: 30 de jun. 2024.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- FRASER, Nancy. Crise de legitimação? Sobre as contradições políticas do capitalismo financeirizado. *Cadernos de Filosofia Alemã*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 153-188, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/153165/149738>. Acesso em: 30 de jun. 2024.
- GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, p. 115-147, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em 30 de jun. 2024.
- HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/Vpr4gJNNdjPfNMP4fj75gb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de jun. 2024.
- JESSOP, Bob. O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 131-144, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/H8ZdYh4BVd7HSwqGgFDR3Vq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de jun. 2024.
- MARQUES, Eduardo Cesar. Notas críticas a literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 43, p. 67-102, 1997. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/184/178>. Acesso em: 30 de jun. 2024.
- MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 30 de jun. 2024.
- OFFE, Claus. Denominação de classe e sistema político. Sobre a seletividade das instituições políticas. In: OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OFFE, Claus; RONGE, Volke. Teses sobre a fundamentação do conceito de Estado Capitalista e sobre a pesquisa política de orientação materialista. In: OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder e o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- SKOCPOL, Theda. Bringing the state back in: Strategies of analysis in current research. In: EVANS, Peter; RUESCHMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. Bringing the state back in. New York: Cambridge University Press, 1985.
- TILLY, Charles. *Capital, Coerção e Estados Europeus*. São Paulo: EdUsp, 1996
- TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Nova York: Random House, 1978.
- TILLY, Charles. *Big structures, large processes, huge comparisons*. Nova York: Russel Sage, 1984.
- TILLY, Charles. *Social movements: 1768-2004*. Boulder: Paradigm Publishers, 2004.
- TILLY, Charles. *Democracia*. Petrópolis: Vozes, 2013.

Como citar este artigo: MENEZES, Diego Matheus Oliveira de. Capital e coerção nos estudos sobre o Estado: contribuições a partir do pensamento de Charles Tilly. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 1-20, 2024.

Recebido em 23.01.2024

Publicado em 30.06.2024



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional